

Demonstrações Financeiras

Andorra Holdings S.A.

2022



Sumário

Relatório da Administração ... 3

Demonstrações Financeiras ... 4

Balanço Patrimonial ... 4

Demonstração do Resultado Acumulado ... 5

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido ... 6

Demonstração do Resultado Abrangente Acumulado ... 7

Demonstração dos Fluxos de Caixa Acumulado ... 8

Notas Explicativas da Administração ... 9

Relatório do Auditor Independente ... 18

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da Andorra Holdings S.A., relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Sociedade registrou Lucro Líquido de R\$ 55.172 mil, Patrimônio Líquido de R\$ 159.014 mil e Ativos Totais de R\$ 160.343 mil. A Assembleia deliberará quanto a parcela do lucro líquido que será retida para preservação e manutenção do capital social. A política de dividendos da Sociedade assegura o dividendo mínimo de 1% do lucro líquido aos acionistas, conforme previsto em seu estatuto social.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Diretoria

Balanzo Patrimonial em 31 de dezembro – Em Reais mil

	Nota	2022	2021
Ativo			
Circulante		8.964	128.411
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	8.964	128.411
Não Circulante		151.379	207.462
Realizável a Longo Prazo		57.106	111.483
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	6	51.956	106.489
Tributos a Compensar ou a Recuperar	13b	4.906	4.708
Créditos Tributários		244	286
Imobilizado	7	94.273	95.979
Propriedade para Investimento		129.439	128.770
Depreciação Acumulada		(35.166)	(32.791)
Total do Ativo		160.343	335.873
Passivo			
Circulante		1.329	3.776
Impostos e Contribuições a Recolher		798	3.167
Dividendos a Pagar	8c e 12a	524	542
Outras Obrigações		7	67
Patrimônio Líquido		159.014	332.097
Capital Social:			
- De Domiciliados no País	8a	80.000	145.000
Reservas de Lucros	8b	79.487	187.653
Ajuste de Avaliação Patrimonial		(473)	(556)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		160.343	335.873

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstração do Resultado dos Exercícios em 31 de dezembro – Em Reais mil

	Nota	2022	2021
Receitas Operacionais		51.760	62.100
Receitas de Aluguel	13a	51.693	62.100
Outras Receitas		67	-
Despesas Operacionais		(4.415)	(4.667)
Despesas Tributárias	11	(2.008)	(2.268)
Despesas Gerais e Administrativas	12	(32)	(110)
Depreciações	8	(2.375)	(2.289)
Resultado Financeiro		20.776	9.541
Receitas Financeiras Líquidas	10	20.776	9.541
Resultado Antes da Tributação sobre o Lucro		68.121	66.974
Imposto de Renda e Contribuição Social	14	(12.949)	(9.976)
Lucro Líquido do Exercício		55.172	56.998
Número de ações		259.170.723	259.170.723
Lucro Líquido Básico por lote de mil ações em R\$		212,88	219,92

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – Em Reais mil

Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros		Ajuste de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Totais
		Legal	Estatutária			
Saldos em 31 de dezembro de 2020	117.000	30.171	129.026	(725)	-	275.472
Aumento de Capital Social com Reservas	28.000	(8.182)	(19.818)	-	-	-
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	56.998	56.998
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	169	-	169
Destinações:						
Reservas	-	2.850	53.606	-	(56.456)	-
Dividendos Propostos	-	-	-	-	(542)	(542)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	145.000	24.839	162.814	(556)	-	332.097
Aumento de Capital Social com Reservas	25.000	-	(25.000)	-	-	-
Redução de Capital Social	(90.000)	-	-	-	-	(90.000)
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	55.172	55.172
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	83	-	83
Destinações:						
Reservas	-	2.758	51.890	-	(54.648)	-
Dividendos Propostos	-	-	-	-	(524)	(524)
Dividendos Pagos Antecipadamente	-	-	(137.814)	-	-	(137.814)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	80.000	27.597	51.890	(473)	-	159.014

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente acumulado em 31 de dezembro – Em Reais mil

	2022	2021
Lucro Líquido do Exercício	55.172	56.998
Outros Resultados Abrangentes	83	169
Ajuste de Avaliação Patrimonial	83	169
Total do Resultado Abrangente do Exercício	55.255	57.167

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa acumulados em 31 de dezembro – Em Reais mil

	2022	2021
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	68.121	66.974
Ajustes ao lucro líquido antes dos impostos	1.996	2.169
Depreciação	2.375	2.289
Juros, Variações Monetárias Líquidas	(312)	(120)
Reversão de Provisões	(67)	-
Lucro Líquido Ajustado	70.117	69.143
Redução em Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	-	35.760
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	54.658	(4.916)
(Aumento) / Redução em Outros Ativos	(3.713)	(286)
Aumento / (Redução) em Outras Obrigações	(4)	(48)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(11.480)	(8.221)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais	109.578	91.432
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:		
Aquisição de Imobilizado	(669)	(1.297)
Caixa Líquido Proveniente nas Atividades de Investimentos	(669)	(1.297)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:		
Dividendos Pagos	(138.356)	(417)
Redução de Capital Social	(90.000)	-
Caixa Líquido Proveniente/ Utilizado nas Atividades de Financiamentos	(228.356)	(417)
Aumento / (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	(119.447)	89.718
Início do Exercício	128.411	38.693
Fim do Exercício	8.964	128.411
Aumento / (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	(119.447)	89.718

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

ANDORRA HOLDINGS S.A

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras – Em milhares de reais

1. Contexto Operacional

A Andorra Holdings S.A. (“Sociedade”) é uma Sociedade que tem por objetivo a administração, compra e venda e locação de bens próprios e a participação em outras sociedades, como cotista ou acionista. A Andorra Holdings S.A é parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e suas demonstrações financeiras devem ser analisadas neste contexto.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 09 de março de 2023.

2. Principais Práticas Contábeis

As demonstrações financeiras da Sociedade, foram elaboradas de forma consistente entre os exercícios, e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2022. A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão.

2.1. Base de preparação e apresentação das demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustados para refletir a mensuração dos ativos ao seu valor justo, quando aplicável.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Sociedade. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são utilizados para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional e certificados de depósitos bancários (CDB), e apresentando risco insignificante de mudança de valor justo, uma vez que são prontamente conversíveis em dinheiro.

2.1. 2.4. Ativos Financeiros

O CPC 48 classifica os ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA – Patrimônio Líquido); e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR).

• **Mensurados ao custo amortizado**

São ativos financeiros mantidos dentro do modelo de negócios, cujo propósito seja o de receber os seus fluxos de caixa contratuais, e os seus termos contratuais derem origem, exclusivamente, a pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

- **Mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR)**

Os ativos financeiros mensurados a VJR são registrados e inicialmente avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado.

São ativos mantidos pela Sociedade com o propósito de negociá-los no curto prazo ou mantê-los como parte de uma carteira administrada em conjunto para obtenção de lucro no curto prazo ou para tomada de posições, ou eventualmente, aqueles ativos que não atendem ao teste SPPI (*Solely Payment of Principal and Interest*). Os instrumentos financeiros derivativos também são categorizados como VJR.

Teste SPPI: O objetivo deste teste é avaliar os termos contratuais dos instrumentos financeiros para determinar se dão origem a fluxos de caixa em datas específicas que se enquadram como somente pagamento de principal e juros sobre o montante principal.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos e avaliados pelo valor justo no balanço e, os custos de transação são registrados diretamente no resultado do período.

- **Mensurados ao valor justo por meio de Outros resultados abrangentes (VJORA)**

São reconhecidos inicialmente a valor justo, mais os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou a sua emissão e são mensurados, subsequentemente, a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão, até que o ativo financeiro deixe de ser reconhecido. As perdas de crédito esperadas são registradas na demonstração do resultado em contrapartida a Outros Resultados Abrangentes, não tendo impacto no valor contábil bruto do ativo.

2.5. Determinação do valor justo

O valor justo dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

2.6. Propriedade para investimento

Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital ou para ambos, mas não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos.

As propriedades para investimentos são registradas pelo custo de aquisição, formação ou construção, deduzidos das respectivas depreciações acumuladas, pelo método linear à taxa que levam em consideração o tempo e a vida útil econômica estimada dos bens.

A Sociedade revisa periodicamente a estimativa da vida útil e valor residual das propriedades para investimentos.

Custo inclui despesa que é diretamente atribuível a aquisição de uma propriedade para investimento. O custo da propriedade para investimento construída pelo proprietário inclui os custos de material e mão de obra direta, qualquer custo diretamente atribuído para colocar essa propriedade para investimento em condição de uso conforme o seu propósito e os juros capitalizados dos empréstimos.

Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido e o valor contábil) são reconhecidos no resultado do exercício.

Os gastos incorridos com reparos e manutenção que representam melhoria, aumento da capacidade ou da vida útil são capitalizados, enquanto que os demais são registrados no resultado do período. O valor recuperável das propriedades por meio das operações futuras é acompanhado periodicamente.

O ágio representa o excesso do custo de aquisição em razão da participação da Sociedade sobre o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis adquiridos de uma controlada na data da aquisição. O ágio originado na incorporação de controladas é incluído no valor da propriedade para investimento.

2.7. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*Impairment*)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor recuperável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável (*Impairment*) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

2.8. Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também, das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança; e
- Passivos Contingentes: de acordo com CPC 25, o termo “contingente” é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas.
- Obrigações Legais: Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

2.9. Patrimônio Líquido

a) Lucro por ação

A Sociedade apresenta dados de lucro por ação básico. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se lucro líquido atribuível aos acionistas da Sociedade pela média ponderada das ações ordinárias durante o ano, excluindo a quantidade média das ações ordinárias adquiridas pela Sociedade e mantidas em tesouraria.

b) Dividendos a pagar

A distribuição de dividendos para os acionistas da Sociedade é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto da Sociedade.

2.10. Reconhecimento da Receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades da Sociedade.

A Sociedade reconhece a receita quando o seu valor puder ser mensurado com segurança, for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Sociedade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Sociedade.

2.11. Receitas Financeiras

As receitas financeiras abrangem rendas sobre fundos de investimentos financeiros e demais ativos financeiros. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

2.12. Imposto de Renda e Contribuição Social (ativo e passivo)

A Sociedade adota o regime de tributação pelo lucro presumido (32% da receita bruta, acrescido das receitas financeiras), que é uma forma de apuração simplificada para determinação da base de cálculo do IRPJ e da CSLL das pessoas jurídicas. Os referidos tributos são calculados considerando à alíquota de 15% sobre a base do lucro presumido, acrescido do adicional de 10% para o IRPJ e à alíquota de 9% para a CSLL.

A despesa com imposto de renda corrente é calculada como a soma do imposto corrente resultante da aplicação da alíquota adequada ao lucro presumido do exercício (líquido de quaisquer ajustes previstos para fins fiscais) e das mutações nos ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos na demonstração do resultado.

2.13. Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base *pro rata* dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base *pro rata* dia).

3. Gerenciamento de Riscos

A Sociedade é parte integrante da Organização Bradesco, sendo que seu gerenciamento de risco é realizado por área técnica especializada da Organização, de maneira corporativa e centralizada, sendo um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

4. Uso de Estimativas e Julgamentos

Nas Demonstrações Financeiras foram utilizadas algumas estimativas e julgamentos contábeis elaborados a fim de quantificar determinados ativos e passivos. Tais estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se em experiência histórica e diversos outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis nas circunstâncias atuais.

Determinados ativos estão sujeitos à revisão de perda ao valor recuperável (*impairment*). As despesas com perda de valor recuperável são registradas quando existem evidências claras de perda de valor recuperável, ou de não recuperabilidade do custo dos ativos. A avaliação do que constitui perda de valor recuperável é uma matéria que requer um nível significativo de julgamento.

5. Caixa e Equivalentes de Caixa

Em 31 de dezembro

	2022	2021
Disponibilidades em moeda nacional ⁽¹⁾	2	27
Total de disponibilidades (caixa)	2	27
Certificados de Depósitos Bancários – CDB Fácil Bradesco ⁽²⁾	8.962	128.384
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	8.964	128.411

(1) Refere-se a depósito bancário à vista; e

(2) Esta aplicação financeira foi avaliada pela Administração à luz do CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa e foi considerada como equivalente de caixa em função da sua essência que é o gerenciamento do caixa. Conforme consta na Nota 2.3, os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros propósitos.

6. Ativos Financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Em 31 de dezembro

Títulos	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado/ contábil ⁽²⁾	Valor de custo atualizado	Marcação a mercado
Letras Financeiras ⁽¹⁾	-	51.956	51.956	52.672	(716)
Total em 2022	-	51.956	51.956	52.672	(716)
Total em 2021	-	106.489	106.489	107.331	(842)

(1) Referem-se as Letras Financeiras emitidas pelo Banco Bradesco S.A., à taxa de 100% do DI, com vencimento em 02/06/2026; e

(2) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

7. Imobilizado

Em 31 de dezembro

	Taxa (média) de depreciação (a.a.) ⁽¹⁾	Custo	Depreciação acumulada	Custo líquido	Valor de mercado
Propriedade para investimento					
Edificações	4%	119.604	(34.951)	84.653	845.863
Benfeitorias	10%	1.966	(215)	1.751	-
Terrenos	-	7.869	-	7.869	-
Total em 2022		129.439	(35.166)	94.273	845.863
Total em 2021		128.770	(32.791)	95.979	845.863

(1) O método para depreciação das edificações e benfeitorias é o linear.

As propriedades para investimento são representadas por imóveis locados às empresas da Organização Bradesco e, conforme facultado pelo CPC 28, a Sociedade optou por avaliar tais imóveis ao custo histórico deduzido da depreciação acumulada e por redução ao valor recuperável, se aplicável.

A Sociedade divulga o valor de mercado das propriedades para investimento, que foi elaborado, adotando-se o “Parecer Técnico”, previsto da “Norma NBR-14653” da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, pela empresa Engenbanc – Engenharia e Serviços Ltda. em 2021.

Adicionalmente, é realizada anualmente a avaliação do *impairment* para os imóveis da Sociedade a fim de identificar possíveis indícios de perda pela redução ao valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 as avaliações realizadas não apontaram perdas no valor de mercado dos imóveis.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 as despesas de depreciação relacionadas a estes imóveis totalizaram R\$ 2.375 (2021 – R\$ 2.289) e as receitas de aluguel montam R\$ 51.693 (2021 – R\$ 62.100).

8. Patrimônio Líquido

a) Composição do capital social em ações

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de dezembro	
	2022	2021
Ordinárias	259.170.723	259.170.723
Total	259.170.723	259.170.723

Em Ata Sumária das Assembleias Gerais Extraordinária e Ordinária, realizadas em 19 de abril de 2022, deliberou-se aumentar o Capital Social no valor de R\$ 25.000, elevando-o de R\$ 145.000, para R\$ 170.000, sem emissão de ações, mediante a capitalização de parte do saldo da conta “Reserva de Lucros – Reserva Estatutária”, de acordo com o disposto no Parágrafo Primeiro do Artigo 169 da Lei nº 6.404/76.

Em Ata Sumária da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 10 de novembro de 2022, deliberou-se reduzir o Capital Social no valor de R\$ 90.000, alterando-o de R\$ 170.000, para R\$ 80.000, sem o cancelamento de ações, a fim de ajustar o valor do capital próprio da Sociedade que se mostra excessivo às suas efetivas necessidades, de acordo com o disposto no Artigo 173 da Lei nº 6.404/76.

b) Reservas de lucros

	Em 31 de dezembro	
	2022	2021
Reservas de lucros	79.487	187.653
- Reserva legal ⁽¹⁾	27.597	24.839
- Reserva estatutária ⁽²⁾	51.890	162.814

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do Capital Social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de Capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado. Em observância no que dispõe o artigo 192 da Lei nº 6.404/76, juntamente com as demonstrações financeiras, será apresentada proposta sobre a destinação do resultado a ser dada ao lucro líquido do exercício. Quando o saldo das reservas de lucros ultrapassarem o limite exigido, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização como aumento de capital social ou na distribuição de dividendos (artigo 199).

c) Dividendos mínimos obrigatórios

Conforme disposições estatutárias, aos acionistas estão assegurados dividendos que correspondam no mínimo a 1% (um por cento) do respectivo lucro líquido, ajustado nos termos da lei societária. A Assembleia deliberará sobre a destinação do resultado do exercício.

Notas Explicativas da Administração

Andorra Holdings S.A.

Os cálculos dos dividendos relativos aos exercícios de 2022 e 2021 estão demonstrados a seguir:

Em 31 de dezembro				
	2022	% ⁽¹⁾	2021	% ⁽¹⁾
Lucro Líquido do Exercício	55.172		56.998	
Reserva legal	2.758		2.850	
Base de Cálculo	52.414		54.148	
Total dos Dividendos	524	1,0	542	1,0

(1) Percentual dos dividendos sobre a base de cálculo.

9. Receitas Financeiras Líquidas

Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2022	2021
Rendimento de aplicações financeiras	20.464	9.420
Juros ativos sobre impostos a compensar	312	121
Total	20.776	9.541

10. Despesas Tributárias

Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2022	2021
Contribuição à Cofins	1.551	1.863
Contribuição ao PIS	336	404
IOF	120	-
Outras	1	1
Total	2.008	2.268

11. Despesas Gerais e Administrativas

Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2022	2021
Serviços de Terceiros	28	32
Editais e Publicações	4	78
Total	32	110

12. Partes relacionadas

a) As transações com partes relacionadas estão assim representadas:

Em 31 de dezembro		
	Controladores ⁽³⁾	
	2022	2021
Ativos		
Caixa e Equivalentes de Caixa ⁽¹⁾	8.964	128.411
Ativos Financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ⁽¹⁾	51.956	106.489
Passivo		
Dividendos a pagar ⁽²⁾	524	542

(1) Banco Bradesco S.A.;

(2) Nova Paiol Participações Ltda.; e

(3) As transações com partes relacionadas são realizadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Exercícios findos em 31 de dezembro		
	Controladores ⁽¹⁾	
	2022	2021
Rendimento de aplicações em Certificado de Depósito Bancário	7.014	4.191
Rendimento de aplicações em Letras financeiras	13.450	4.916
Total	20.464	9.107

(1) Banco Bradesco S.A.

Exercícios findos em 31 de dezembro

	2022	2021
Receitas de Aluguel		
Banco Bradesco S.A.	49.778	59.305
Bradesco Administradora de Consórcios Ltda.	467	615
Banco Bradesco Financiamentos S.A.	1.448	2.180
Total	51.693	62.100

- b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A Sociedade é parte integrante da Organização Bradesco e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Bradesco S.A., controlador da Sociedade.

13. Imposto de Renda e Contribuição Social

- a) O Imposto de Renda e a Contribuição Social calculados com base no lucro presumido, no montante de R\$ 9.590 (2021 – R\$ 7.329), e R\$ 3.359 (2021 – R\$ 2.647) respectivamente, foram provisionados e registrados no resultado do exercício; e
- b) Os Tributos a Compensar ou a Recuperar, no montante de R\$ 4.906 (2021 – R\$ 4.708), referem-se a Imposto de Renda de exercícios anteriores.

14. Outras Informações

- a) A Sociedade não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021;
- b) Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não há processos com riscos cíveis e trabalhistas avaliados como perdas possíveis ou prováveis; e
- c) Em 2022, houve atualização dos processos fiscais da Sociedade com perspectiva de perda possível. Neste contexto esses processos não necessitam de reconhecimento na contabilidade, que se referem a despachos decisórios emitidos pela Receita Federal glosando o saldo negativo A.C. 2013 e cobrando as compensações correlatas, e montam na data base R\$ 9.986 (2021 - R\$ 9.213).

15. Eventos Subsequentes

Em 08 de fevereiro de 2023, o plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) concluiu o julgamento relativo as decisões posteriores sobre a chamada “coisa julgada”. Aguarda-se a publicação desse acórdão do STF e a referida decisão ainda pode ser objeto de recurso. A Sociedade iniciou suas análises e até o momento avaliou que a referida decisão não geram impactos significativos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022.

A DIRETORIA

Marco Antônio Cunha de Santana - Contador – CRC 1SP200234/O-9



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Ao
Acionista e Administradores da
Andorra Holdings S.A.
Osasco - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Andorra Holdings S.A. (“Sociedade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Andorra Holdings S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores

A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.

Relatório do Auditor Independente

Andorra Holdings S.A.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 09 de março de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP014428/O-6

Guilherme Zuppo Ventura Diaz
Contador CRC 1SP294326/O-3



bradesco